



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 17/2015
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 7453/2014 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 28/04/2015 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, através da Pregoeira designada pela Portaria nº 91/2014 da Diretora Geral do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item**, regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06 (com redação dada pela LC 147/2014), Decretos nº 5.450/05, nº 6.204/07 e nº 7.892/13 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, para **aquisição de materiais diversos**, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **28 (vinte e oito) de abril de 2015, às 14:00 horas**, no prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin, nº 224, na Sala de Licitações, B203, Bairro Parolin, CEP 80.220-902, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I e Ata de Registro de Preços – Anexo II**.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha da(s) melhor(es) proposta(s) de preço(s) unitário(s) **para FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS**, para atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as características descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 - Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.1.1 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.3 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.3.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.4 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.4.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.5 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.2 - Até a abertura da Sessão Pública as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - O valor máximo unitário de cada item consta no item 2.1 do Termo de Referência (Anexo I).

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.5.1 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*/ documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.5.1.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.6 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se ao fornecimento descrito neste edital.

4.7 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.8 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento "Relação de Itens") não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.9 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação e de que a empresa não emprega menor (conforme item 9.2).

4.9.1 - As declarações citadas acima somente serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A Pregoeira iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo **valor UNITÁRIO do item**.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor dos 5 (cinco) menores lances registrados.

7.5 - Nesta fase a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6 - A etapa de lances será encerrada por decisão da Pregoeira, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Após expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

7.7 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.8 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.9 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, podendo ser contratado qualquer outro fornecedor se, na ocasião da solicitação do material, constatar-se que os valores registrados estão superiores ao de mercado.

7.10 - A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Caso haja propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME ou EPP, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.

b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, se habilitada.

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.

d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando, automaticamente, a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos neste Edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme itens abaixo.

8.2 - Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço mais vantajoso.

8.3 - A aceitação das propostas classificadas para os itens 2, 3, 9, 13 a 15, 21, 23, 24, 26 e 28 ficará vinculada à aprovação de amostra, conforme descrito no item 9 deste edital.

8.4 - A licitante vencedora será anunciada, pela Pregoeira, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, ou quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.5 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço do item** e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.5.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, a Pregoeira poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

9 - DAS AMOSTRAS

9.1 - Todas as licitantes com propostas classificadas para os itens 2, 3, 9, 13 a 15, 21, 23, 24, 26 e 28 deverão apresentar amostra, independente de notificação, sob pena de terem sua proposta desclassificada.

9.1.1 - As amostras e laudos (item 9.5.1) deverão ser encaminhados à Seção de Gestão de Material de Consumo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP 80.220-902 (telefones 41-3330-8788 ou 3330-8677) no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados do encerramento da etapa de lances, independente de notificação.

9.1.2 - O prazo citado no item acima se encerra às 19 (dezenove) horas do último dia útil.

9.2 - As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, número do pregão e item a que se refere, conter os respectivos prospectos e manuais se for o caso, e dispor na embalagem as informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, referência, código do produto e modelo.

9.2.1 - Os materiais entregues como amostra deverão obrigatoriamente vir com a impressão da data de validade solicitada para o item.

9.3 - No dia subsequente ao último dia útil estipulado como prazo no item 9.1.1, a partir do horário marcado para reabertura do certame, em sessão aberta para acompanhamento das licitantes presentes, as amostras serão sucessivamente analisadas e testadas na sala de Seção de Gestão de Material de Consumo (sala C380).

9.4 - As análises e testes serão feitos primeiramente com a amostra da licitante classificada em primeiro lugar e, caso seja desclassificada, em ato contínuo e sucessivo será analisada a amostra da segunda classificada e assim sucessivamente, até que se obtenha uma amostra que atenda às condições editalícias.

9.5 - As análises e testes que serão feitas para cada item com necessidade de amostra, de acordo com a peculiaridade de cada um deles, são as que seguem:

Itens 2 e 9: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital e laudo técnico.

Item 3: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, bem como montagem, desmontagem, capacidade e espessura.

Itens 13, 14 e 15: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, bem como gramatura e tamanho.

Item 21: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, bem como capacidade de grampeamento.

Item 23: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, bem como tamanho, qualidade da estrutura, tecido e pintura das letras.

Item 24: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, a embalagem, o quantitativo na embalagem, a abertura da tampa e o tamanho do lenço.

Item 26: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital.

Item 28: Verificação da conformidade do material com a especificação do edital, bem como a micragem.

9.5.1 - Quanto aos itens 2 e 9, para os quais deverão ser apresentado laudo técnico comprobatório juntamente com as amostras, deverá este ser expedido por laboratório externo, obedecendo ao mesmo prazo do item 9.1.1. Não serão aceitos laudos emitidos pelo próprio fornecedor (licitante).

9.5.2 - De acordo com a classificação, se o primeiro colocado não atender, será convocado o segundo colocado e assim sucessivamente.

9.5.3 - As amostras analisadas e aprovadas farão parte integrante do lote a ser entregue pelo fornecedor (tanto o primeiro colocado quanto aquele(s) que aceitar(em) reduzir seu(s) preço(s) nos termos do item 11 deste edital), desde que a mesma não tenha perdido sua função principal em decorrência dos testes. Para isto a(s) licitante(s) será(ão) notificada(s) pela Seção de Gestão de Materiais de Consumo após a aprovação da amostra e trâmites legais.

9.5.4 - As licitantes não classificadas terão suas amostras devolvidas, devendo as mesmas ser retiradas na Seção de Gestão de Material de Consumo.

9.6 - Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, cortados e submetidos aos testes necessários.

9.7 - Serão rejeitadas as amostras que apresentarem problemas de funcionamento durante a análise, apresentarem divergência em relação ao descritivo do edital; e/ou forem de qualidade inferior em relação às especificações solicitadas.

9.8 - Serão desclassificadas as propostas das licitantes que não apresentarem as amostras dos itens cotados; apresentarem amostras que estejam em desacordo com as especificações constantes no edital; e/ou cuja amostra for rejeitada nos testes efetuados.

9.9 - As licitantes cujas amostras forem analisadas e aprovadas ficam obrigadas à entrega de produto idêntico ao que foi apresentado como amostra e em conformidade com o descrito em edital, devendo ser novo, de primeira qualidade, e também atender às normas de Defesa do Consumidor, possuindo em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

9.10 - A não retirada da amostra (item 9.5.4) acarretará a requisição do produto em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 8.666/93.

9.10.1 - O produto referido no item anterior poderá ser encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 99.658/90, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nos termos do art. 29 da Lei 8.666/93, sendo a comprovação desta habilitação obtida *on line* pela Pregoeira, que verificará a validade dos documentos.

10.1.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, a Pregoeira poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

10.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

10.1.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes a declaração de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, bem como declaração do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.9).

10.3 - A condição exigida no item 3.2 será verificada pela Pregoeira na fase de habilitação.

10.4 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

10.5 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

10.6 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei 10.520, artigo 4º e seus incisos.

11 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS

11.1 - Após declaração da licitante vencedora, a Pregoeira comunicará às demais licitantes sobre a possibilidade de redução de seus preços ao valor da proposta vencedora.

11.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

11.3 - Após encerramento da sessão pública, as licitantes que tiverem interesse em reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora, deverão encaminhar, para o e-mail cpl@tre-pr.jus.br, a proposta de preços ajustada, no prazo máximo de 1 (um) dia, independentemente de convocação.

11.4 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 a 10 deste edital.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica pelo e-mail: cpl@tre-pr.jus.br ou slic@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão ".doc", possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pela Pregoeira.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

13.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

13.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 11, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

13.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

13.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

13.6 - Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

14 - DA ATA COMPLEMENTAR

14.1 - Na hipótese da empresa vencedora ou aquelas que aceitaram reduzir seus preços, não assinarem a Ata de Registro de Preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

14.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

15 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

15.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento e Finanças, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

15.2.1 - A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado feito pelo TRE.

15.2.2 - Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item acima, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - Do documento fiscal: O documento fiscal deverá ser entregue junto com os materiais, atendendo obrigatoriamente os requisitos a seguir.

16.1.1 - Estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na licitação e constante nos documentos entregues.

16.1.2 - Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) CNPJ correto do TRE: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Descritivo dos valores unitário e total;
- e) Dados bancários para créditos: Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada.

16.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

16.2 - Das condições do pagamento:

16.2.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

16.2.1.1 - O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências editalícias.

16.2.1.2 - O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de até **20 (vinte) dias** após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

16.2.1.3 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93.

16.2.1.4 - Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

I = $(6/100)/365$.

Link do IPCA: <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

16.2.1.5 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.2.2 - O gestor da contratação procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, **salvo naquela hipótese prevista no item 4.5.1.1.**

16.2.3 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.2.4 - A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso do recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a contratada lhes der causa.

16.2.5 - O não atendimento às especificações do documento fiscal, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, darão causa ao previsto no item acima.

16.3 - Da regularidade fiscal:

16.3.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento, nos quais conste o CNPJ da Contratada.

16.3.1.1 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

16.3.1.2 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

17 - DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

17.1 - Da substituição tributária:

17.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC 116/2003 e LC 123/06, conforme o objeto da contratação.

17.2 - Dos tributos federais:

16.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

17.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

17.2.3- A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

17.3 - Quanto à incidência as retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Nos termos da Lei 8.666/93 e 10.520/02 fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (minuta anexa a este edital).

18.2 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18.3 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços a licitante vencedora estará sujeita a aplicação de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total homologado.

18.4 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, através da guia de recolhimento da União - GRU, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

19 - DOS RECURSOS

19.1 - Das decisões proferidas pela Pregoeira, caberão recursos nos termos do artigo 26 e parágrafos do Decreto 5.450/05.

19.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

¹ Portaria n.º 49 do Ministério da Fazenda, publicada em 05/04/2004 - artigo 1.º, inciso I.

19.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

19.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

19.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei 8.666/93.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário de funcionamento deste Tribunal (12h às 19h).

20.2 - Este Tribunal reserva-se no direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

20.3 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

21 - INFORMAÇÕES

21.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital através da internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

21.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidas na Rua João Parolin nº 224, Seção de Licitações - sala C385, ou ainda:

- Pregoeira: pelo telefone (41) 3330-8741.
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8450 / 3330-8753 / 3072-4796 ou e-mail slic@tre-pr.jus.br.
- Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8701 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.

21.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12hs às 19hs.

Curitiba, 14 de abril de 2015.

Beatriz Rodrigues de Melo
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - A presente licitação destina-se à escolha da(s) melhor(es) proposta(s) de preço(s) unitário(s) para **fornecimento de materiais diversos**, visando atender às necessidades deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as características descritas neste Termo de Referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS

2.1 - Poderão ser adquiridos os itens a seguir especificados:

Item	Descrição do Material	Quant/ Unidade	Amostra	Valor Máximo Unitário R\$
1	ALICATE REBITADEIRA PROFISSIONAL - CABEÇA GIRATÓRIA 360° - para facilitar a colocação de rebites em lugares de difícil acesso. Quatro opções de bico para rebites de 3/32 (2,5mm) / 1/8 (3,0mm) / 5/32 (4,0mm) / 3/16 (5,0mm); cabo resistente e revestido com plástico para melhor conforto. Formato ergonômico para garantir melhor pegada nas mãos. Com mola para ejetar a haste do rebite. Deve acompanhar chave sextavada, inclusa na alça, para facilitar a troca dos bicos estrutura em aço reforçado. Prazo de validade indeterminado. Cód. Siasg: BR0150027	10 unidades	NÃO	83,34
2	ARQUIVO MORTO DE PAPELÃO Nº 01 BRANCA - Arquivo, tipo caixa box, em papelão kraft virgem, medindo 36cmx13cmx24xm, corte e vinco, gramatura 600gr/m ² , sem impressão, parte externa na cor branca; tripla prensagem, baixa acidez; revestida de 02 capas de papel kraft 140 gr/m ² , sistema de dobras para melhor resistência. Modelo disponibilizado na Seção de Arquivo deste TRE. Prazo de validade indeterminado. Cód. Siasg: BR0244720	1000 unidades	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital e laudo técnico.	3,50
3	ARQUIVO MORTO DE POLIONDA AZUL - Arquivo morto, tipo caixa, material micro ondulado plástico, dimensões 135mm x 250mm x 360mm, espessura 3mm, 500 g/m ² . Cor azul. Prazo de validade indeterminado. <u>Marca de referência:</u> POLIBRAS. Cód. Siasg: BR0417056	1000 unidades	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como montagem, desmontagem, capacidade e espessura.	5,70

4	BATERIA LITHIUM 3V - MOD. CR2032 TIPO MOEDA - PLACA MÃE E CALCULADORA HP. Prazo de validade: 02 (dois) anos. Cód. Siasg: BR0238772	20 unidades	NÃO	2,52
5	BATERIA RECARREGÁVEL - NI-MH 600MAH 2,4V - compatível com intelbrás. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência</u> : INTELBRAS. Cód. Siasg: BR0021881	200 unidades	NÃO	19,83
6	BATERIA RECARREGÁVEL 3,6V, 300MAH - Níquel cádmio - para telefone sem fio, compatível Intelbrás. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência</u> : INTELBRAS. Cód. Siasg: BR0335916	100 unidades	NÃO	13,43
7	BATERIA RECARREGÁVEL 9NYMHO - TELEFONE C/ HEAD SET MODELO CALISTO - Para telefone sem fio. Especificação NiMH (Níquel Metal Hidreto), 2,4V, 750 mAh. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência</u> : PLANTRONICS. Cód. Siasg: BR0021881	50 unidades	NÃO	93,38
8	CABO VGA - 3 metros com filtro, macho - macho. Prazo de validade: Indeterminado. Cód. Siasg: BR0352973	20 unidades	NÃO	20,30
9	CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM MED. 60 X 35 X 40 CM - PADRÃO REMESSA. Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parede: Dupla; Material: Kraft/Kraft; Gramatura: 720g (+/- 15g); Coluna Mínima: 7,0 kgf; Junta: Grampeada; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas, somente miolo ondulado da caixa. Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagens: cintadas com 10 unidades cada. Prazo de validade: indeterminado. Cód. Siasg: BR0150632	2000 unidades	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital e laudo técnico.	9,37
10	CARTOLINA COR BRANCA - Material celulose vegetal, gramatura 240 g/m ² , comprimento 660mm e largura 500mm. Fornecido em embalagem com 100 unidades, com sentido da fibra em 660, alinhamento rigorosamente dentro do esquadro. Na embalagem deverá constar informações sobre: indicações do lado adequado para utilização, gramatura, tamanho, sentido da fibra, quantidade de folhas. Prazo de validade: indeterminado. <u>Marcas de referência</u> : MD PAPEIS, CHAMBRIL, MAXI PAPEIS, MULTIVERDE PAPEIS, DICAPEL. Cód. Siasg: BR0254973	300 pacotes (com 100 unidades cada)	NÃO	75,00
11	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO CAP. 15 L, COR BRANCA, REDONDO, SEM TAMPAS - em polipropileno, altura 30 cm, diâmetro da boca 24 cm, capacidade total aproximada de 15 litros. Prazo de validade: indeterminado. <u>Marca de referência</u> : JSN. Cód. Siasg: BR0150374	200 unidades	NÃO	16,62
12	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO/ÁLCOOL GEL - deve servir tanto para álcool como para sabonete, plástico ABS, com reservatório incluso com capacidade de 800 ml, medidas de 23,5 cm de altura, 13,0 cm de largura e 10,0 cm de profundidade. Prazo de validade: indeterminado. <u>Marcas de referência</u> : PREMISSE e TRILHA. Cód. Siasg: BR0404651	250 unidades	NÃO	26,47
13	ENVELOPE KRAFT TIMBRE TRE GRANDE - MATERIAL PAPEL KRAFT Virgem, gramatura 110 g/m ² , tipo saco comum, com 300mm de largura e 400mm de comprimento 1x0 , impressão timbre TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra arial, tamanho 14 e brasão da República. Cada caixa deverá conter 500 envelopes, cintados de 50 em 50 envelopes. Prazo de validade indeterminado. Modelo disponibilizado na Seção de Gestão de Material de Consumo deste TRE. Cód. Siasg: BR050881	100 caixas (com 500 unidades cada)	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como gramatura e tamanho.	190,00

14	ENVELOPE OFÍCIO CARTÓRIOS - em papel off-set, gramatura 75 g/m2, tipo saco comum, com 114mm de largura e 229mm de comprimento, cor branca, impressão 1x0, com timbre TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra arial, tamanho 14 e brasão da República. Cada caixa deverá conter 1.000 envelopes cintados de 50 em 50. Modelo disponibilizado pela Seção de Gestão de Material de Consumo do TRE/PR. Prazo de validade: indeterminado. Cód. Siasg: BR050881	50 caixas (com 1000 unidades cada)	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como gramatura e tamanho,	170,00
15	ENVELOPE OFÍCIO CARTÓRIOS - PAPEL RECICLADO - papel off-set, gramatura 75 g/m2, tipo saco comum, com 114mm de largura e 229mm de comprimento, impressão 1x0, com timbre TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra Arial, tamanho 14 e brasão da República. Cada caixa deverá conter 1.000 envelopes cintados de 50 em 50. Prazo de validade indeterminado. Modelo disponibilizado na Seção de Gestão de Material de Consumo deste TRE Cód. Siasg: BR050881	50 caixas (com 1000 unidades cada)	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como gramatura e tamanho,	190,00
16	ETIQUETA ADESIVA REF. 1919 - TAM. 19MM DIAMETRO - REDONDA - Etiqueta branca, ink jet/laser, caixa com 756 etiquetas no mínimo. Papel formato A5. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência:</u> PIMACO. Cód. Siasg: BR0364319	10 caixas (com 756 etiquetas cada, no mínimo)	NÃO	5,11
17	FILTRO PARA BEBEDOURO - CARVÃO ATIVADO GRANDE - em plástico com carvão ativado, rosca de entrada e mangueira de 1/4 de saída, plenamente compatível com a marca IBBL BEG 40. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência:</u> IBBL. Cód. Siasg: BR0031399	50 unidades	NÃO	37,33
18	FILTRO PARA BEBEDOURO - CARVÃO ATIVADO PEQUENO - manta microtexturizada, dolomita e carvão ativado. Vida útil 6 meses ou 4.000 litros de água. Compatível com bebedouro LIBELL Press Baby. Prazo de validade: 02 (dois) anos. Cód. Siasg: BR0031399	100 unidades	NÃO	51,70
19	FITA ADESIVA PARA ROTULADOR BROTHER 9MM , cor branca. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência:</u> BROTHER. Cód. Siasg: BR0150671	20 unidades	NÃO	80,33
20	FITA ADESIVA PARA ROTULADOR BROTHER 18MM , cor prata. Prazo de validade: 02 (dois) anos. <u>Marca de referência:</u> BROTHER. Cód. Siasg: BR150671	50 unidades	NÃO	133,33
21	GRAMPEADOR AUTOMÁTICO PROFISSIONAL . Modelo PAPERPRO. Capacidade de 2 a 65 folhas, ref. 1210, corpo em metal e base emborrachada, com visor de carga de grampos. Garantia de 2 anos. <u>Marca de referência:</u> ADECK. Cód. Siasg: BR0029262	200 unidades	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como capacidade e grampeamento,	118,63
22	GRAMPO PARA GRAMPEADOR INDUSTRIAL rapid 9 . Caixa com 5 mil peças, galvanizado, material aço, altura 1cm, largura 1cm, profundidade 8cm. Prazo de validade: indeterminado. <u>Marca de referência:</u> BACCHI. Cód. Siasg: BR032468	10 caixas (5 mil peças cada caixa)	NÃO	12,23
23	GUARDA-CHUVA modelo recepção. Medidas 1,60cm de diâmetro e haste de alumínio 1,05cm com punho em madeira. Tipo manual, tecido poliéster, preto, personalizado em letras brancas, próximo à bainha, escrito TRE tamanho 0,6cm x 0,1cm respectivamente altura e largura da letra. Prazo de validade: indeterminado. <u>Marca de referência:</u> VIANIZA. Cód. Siasg: BR0224027	100 unidades	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como tamanho, qualidade da estrutura, tecido e pintura das letras.	65,39

24	LENÇO UMEDECIDO em TNT, dermatologicamente testado, elaborado com ingredientes não alcoólicos, ph neutro, com lanolina e extrato de algodão, acondicionados em embalagem plástica, sistema de picote puxa fácil com exclusiva tampa flip-top. No mínimo com 48 unidades de lenço, tamanho do lenço 19cm x 16cm. Prazo de validade de 02 anos. Cód. Siasg: BR0401261	30.000 pacotes (no mínimo 48 unidades cada)	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como embalagem, quantitativo na embalagem, abertura da tampa e tamanho do lenço.	10,11
25	PAD MOUSE RETANGULAR - Mouse pad, base de borracha neoprene e acabamento superficial em PVC cristal texturizado. Medidas aproximadas: 18 x 21,5cm e espessura 3mm. Cor preto. Prazo de validade indeterminado. <u>Marcas de referência:</u> HELITTI, LENOVO, CLONE. Cód. Siasg: BR0236958	1400 unidades	NÃO	4,89
26	PAPEL HIGIÊNICO INTERFOLHADO 100% fibras naturais, folhas duplas, brancas, macias, resistentes, com boa absorção, 10 cm de largura, 20 cm de comprimento, apresentação em caixa de papelão com 48 pacotes de 166 folhas, no mínimo. Armazenamento em embalagem original. Resistente para amarração de até 2 metros de altura. A embalagem externa deve trazer os dados de identificação e procedência que devem estar em conformidade com as normas da ABNT. Prazo de validade indeterminado. <u>Marca de referência:</u> SULLEG. Cód. Siasg: BR0412112	500 caixas (caixa de papelão com no mínimo 48 pacotes com 166 folhas)	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital,	64,01
27	PASTA POLIPROPILENO - ROTOCLIFE - C/PRENDEDOR - TRANSPARENTE - plástico de pressão tendo 10 cm de comprimento por 2 cm de largura, fixado à pasta por rebite. Medidas da pasta 240x335mm, 0,45mm espessura mínima - cor cristal. Prazo de validade indeterminado. Cód. Siasg: BR0355590	300 unidades	NÃO	3,30
28	PLASTICO BOLHA com 1,30m de largura x 100 metros de comprimento, 30 micra, plástico cristal virgem. Prazo de validade indeterminado. <u>Marca de referência:</u> DJ. Cód. Siasg: BRO220986	20 rolos	SIM Justificativa: Verificar a conformidade do material com a especificação do edital, bem como a micragem,	47,76
29	PILHA RECARREGÁVEL - modelo VH-AAA 600H - capacidade mínima de 600MaH, capacidade nominal 1,2 (V) - 3 meses de garantia, cartela com 02 unidades - para ser usada em telefone sem fio Elgin. <u>Marca de referência:</u> ELGIN. Cód. Siasg: BR0053180	600 unidades	NÃO	13,38
30	PILHA A23. Pilha tamanho pequena, modelo A23, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 12. Garantia de 03 meses. Cód. Siasg: BR0410947	300 unidades	NÃO	2,22
31	PORTA REVISTAS FUME/CINZA - tipo caixa box, em plástico rígido, com medidas aproximadas de 220mm de comprimento (profundidade), 290mm de altura, 70mm de largura, 3mm de espessura, sem visor plástico identificação. Prazo de validade indeterminado. <u>Marca de referência:</u> ACRIMEX. Cód. Siasg: BR0423267	300 unidades	NÃO	10,41

32	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO. A base de água, cor preta, frasco com 40 ml. Prazo de VALIDADE: 02 anos. <u>Marcas de referência:</u> JAPAN e STAMPA. Cód. Siasg: BR0283589	50 unidades	NÃO	2,02
33	TINTA PARA CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO – Tinta para numerador e datador de metal, material corante e aglutinante, cor preta, frasco de 40ml. Prazo de Validade: 02 anos. Cód. Siasg: BR0204581	20 unidades	NÃO	7,12
34	LONA PLÁSTICA PRETA - 4 metros (L) x 100 metros (C) - 150 MICRAS. Prazo de validade indeterminado. Cód. Siasg: BR0919313	10 rolos	NÃO	447,58

2.2 - As marcas citadas no item acima servem apenas como referência, podendo ser aceitos materiais similares compatíveis, de qualidade igual ou superior, desde que atendam as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.3 - Os produtos deverão ser entregues nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, após o aceite da nota de empenho, observadas as seguintes exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL constantes no art. 5º da IN 01, de 19 de janeiro de 2010 do MPOG:

- I. que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.3.1 - A comprovação das disposições acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o produto fornecido cumpre com as exigências do edital.

2.3.2 - Fica estabelecido que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato/ata, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o TRE/PR poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

3 – DA ENTREGA,

3.1 - O material será solicitado através de nota de empenho ao licitante vencedor. O mesmo deverá entregar a quantidade total solicitada no empenho, sendo rejeitadas as entregas parceladas ou em desacordo com a amostra aprovada.

3.2 - PRAZO DE ENTREGA: até 30 (trinta) dias corridos, a partir do aceite da nota de empenho.

3.3 - LOCAL DE ENTREGA: as entregas deverão ocorrer na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em Curitiba, na Seção de Gestão de Materiais de Consumo, sita na Rua João Parolin, nº 224, Bairro Prado Velho – CEP: 80.220-902.

3.3.1 – A contratada deverá agendar horário para a entrega pelos fones (41) 3330-8788/ ou 3333-9481, com Ivanilda ou Lilian.

3.4 – A Contratada terá seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aquele que não satisfizer ao padrão de qualidade necessário à boa execução dos trabalhos deste órgão deverá ser substituído no prazo de até 03 (três) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR.

3.5 - A empresa ficará obrigada a trocar, às suas expensas, inclusive de transporte, o produto que vier a ser recusado, ficando ciente de que o ato do recebimento provisório não importará sua aceitação.

3.6 - O recebimento definitivo dos produtos se dará apenas após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital.

4 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1 – São de responsabilidade da Contratada todos os encargos e despesas necessárias à perfeita execução/fornecimento do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.2 – Os materiais entregues deverão atender a todas as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3 - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

5 - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A fiscalização do fornecimento será acompanhada pelas servidoras Ivanilda da Silva, Lilian Toczec e Denise Krüger.

5.2 - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá aos Gestores:

- a) receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;
- b) acompanhar as entregas de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - As licitantes deverão efetuar suas cotações seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.

6.2 - As quantidades são estimativas máximas para o período de 12 (doze) meses, com entrega conforme cada solicitação, sendo que este Tribunal se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou NÃO adquirir qualquer quantidade.

6.3 – Dúvidas poderão ser sanadas com as servidoras Ivanilda, Lilian ou Denise, através dos telefones (41) 3333-9481 ou 3330-8788.

ANEXO II

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PAD nº 7453/2014

Pregão Eletrônico nº 16/2015

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Dra. Ana Flora França e Silva, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, nº 7.892/13 (com redação dada pelo Decreto nº 8.250/14) e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 17/2015, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
RG nº
CPF nº
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
Fax:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Preço Unitário

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de materiais diversos**, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do **órgão gerenciador**:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem obrigações do **fornecedor**:

- a) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- b) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) entregar o objeto solicitado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir do aceite da Nota de empenho.
- d) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- f) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela Seção de Gestão de Material de Consumo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

4.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro através da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e artigo 7º da lei 10520/2002:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do pedido, conforme nota de empenho, no caso de atraso para entrega do objeto, limitada a incidência a 60 (sessenta) dias.

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do pedido, conforme nota de empenho, no caso de qualquer descumprimento não especificado ou reincidência de qualquer descumprimento;

b.3) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total homologado à licitante, caso não receba ou não dê o aceite a nota de empenho, se recuse em manter sua proposta para quaisquer dos itens homologados, ou ainda a prestar a garantia exigida.

b.4) 30% (trinta por cento) sobre o valor do pedido, conforme nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando a rescisão contratual;

c) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

6.1.1 – As sanções previstas na Cláusula 6.1 alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, a pena de multa.

6.2 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

6.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda² e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

² Portaria n.º 49 do Ministério da Fazenda, publicada em 05/04/2004 – artigo 1.º, inciso I.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, _____ de _____ de 2015.

(Assinatura Representante legal)
Nome:
CARGO:

Dra. Ana Flora França e Silva
Diretora Geral do TRE/PR